

### Introdução

Este artigo pretende situar o campo de estudos que compreende a chamada “antropologia da guerra”, propondo correlações entre algumas de suas tendências mais visíveis com diversas questões que formam um pano de fundo mais amplo e de maior duração no interior das ciências sociais, como os esquemas de evolução sociopolítica, a relação entre guerra e política e o lugar da guerra primitiva na guerra em geral. Não se trata aqui de realizar um mapeamento minucioso da produção antropológica que toca no tema da guerra – tal tarefa seria praticamente infindável –, mas sim de mostrar como algumas das correntes dessa subárea realizam suas posições ora se aproximando, ora se afastando, de proposições que lembram um esquema senão propriamente “contratualista”, pelo menos com forte tendência de balizamento e subordinação do fenômeno da guerra ao problema do Estado.

Tudo isso, de algum modo, pode ser pensado dentro de uma série de questões que modulam a temática da guerra numa antropologia que se pretende dedicar especificamente a ela: trata-se de pensar na(s) guerra(s) como fenômeno(s) singular(es) ou dentro de um quadro de outros fenômenos? Seguindo essa linha, é preferível pensar nela (ou nelas) num quadro de determinações históricas ou, de outro modo, lógicas?

Finalmente, como se chega nessa subárea às definições da guerra? Seriam essas definições diferentes das que são desenvolvidas por outras linhas de pensamento?

Como ponto de partida, cabe notar que estamos diante de um campo relativamente novo (que começa a se definir enquanto tal nos anos de 1970, embora situe suas referências fundantes nos anos de 1940)<sup>1</sup> e que, geralmente, compreende uma série de autores que lêem uns aos outros, embora às vezes de forma um tanto unilateral.<sup>2</sup> Nesse quadro, como já notou Fausto (1999),<sup>3</sup> fica patente também uma divisão entre uma tendência norte-americana fortemente marcada por uma vertente evolucionista e outra mais próxima ao estruturalismo francês, que buscaria uma solução a qual, em última instância, poderia levar à suavização de uma linha divisória entre a guerra primitiva e a das chamadas “sociedades com Estado”.

Dentro dessas concepções, também vemos aproximações múltiplas com o materialismo, a sociobiologia, a antropologia ecológica, a psicologia, a ciência política e uma certa sociologia histórica. O que notaremos, contudo, é que embora essa variedade seja grande, é possível mapeá-la em torno da idéia de guerra equacionada com o Estado e com processos de pacificação da sociedade, colocando em pauta variáveis como a legitimidade da violência, a atuação de grupos considerados “políticos”, o hori-

zonte da escala em que certos fenômenos passam a ser considerados “guerras”: temas que em algo lembram uma sociologia weberiana (Weber, 1994, 1999)<sup>4</sup> e outras contíguas, como Elias (1990 [1939]) e Tilly (1996). Outros pensamentos vão considerar a guerra relacionada a caracteres mais “universalizáveis” – digamos –, como a troca e a reciprocidade. Aqui, possivelmente, vemos o tema emergir de forma antagônica a essas primeiras concepções.

Vejamos, então, como esse quadro se compõe, buscando suas cores na pauta previamente escolhida.

### Guerra, Natureza e Estado

Embora o tema da guerra primitiva tenha aparecido de maneira esporádica desde o século XIX, tanto em manuais de antropologia como no *Notes and queries* de 1874 do Royal Anthropological Institute (Vincent, 1990, p. 58), quanto em trechos de Morgan (1985 [1877]; *apud* Carneiro, 2003, p. 67) sobre a barbárie, ou em Tylor (1888, pp. 258-259; *apud* Otterbein, 2000, p. 795)<sup>5</sup> sobre a função da guerra na passagem dos matriarcados para os patriarcados, é notável que sua importância só tenha sido de fato notada pela antropologia nos anos de 1940, talvez justamente pela coincidência com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

É justamente nesse contexto que vemos uma espécie de matriz conceitual vital para o construto teórico da geração que irá se ocupar do tema na década de 1960. Diante de um conflito sem precedentes de guerras nacionais (que no mais pareciam testar os limites da guerra teorizada por Clausewitz, o grande clássico do tema), as guerras primitivas passaram a ser vistas em muitos casos como conflitos “não sérios”, “não militarizados” ou hipostasiados em fenômenos como rituais.

Malinowski (1941), por exemplo, definia a guerra conforme a condução do conflito de “comunidades políticas organizadas”. As guerras primitivas mais se assemelhavam a uma espécie de protótipo do comportamento criminoso, e a guerra como instrumento da política nacional seria o modelo mais bem acabado de conflito armado.<sup>6</sup>

Idéia semelhante foi desenvolvida contemporaneamente por um dos primeiros teóricos que se dedicaram ao tema: Turney-High (1942)<sup>7</sup> em seu estudo *The practice of primitive war*. Curiosamente, apesar do título, logo no prefácio o autor alerta que

[...] esse trabalho trata apenas da guerra primitiva, um termo que brevemente se revelará contraditório. A verdadeira guerra não é a primitiva (*Idem*, p. i).

Logo, ele desenvolve a chamada “teoria do horizonte militar”, partindo de uma série de exemplos etnográficos. Postula a idéia de que os níveis de complexidade da guerra estariam associados a certo grau de eficiência, associada aos planos tático, estratégico, logístico e político (que inclui as idéias de comando/controlar e de representação coletiva como “motivação” coletiva). Assim, na prática, as únicas sociedades capazes de passar o “horizonte militar” são aquelas que possuem um Estado (*Idem*, pp. 21-2).

Pode-se dizer ainda que, invertendo, de certa maneira, a perspectiva contratualista, Turney-High indexa a existência do Estado à guerra, estabelecendo que, apesar de uma aparente universalidade desta, é apenas quando se passa de uma guerra primitiva para uma “guerra verdadeira” que teríamos a condição de emergência de um Estado. Embora as sociedades primitivas contassem com certo grau de violência e de disposição para organizá-la, através da produção de armamentos e ritualização das formas de combate, somente

a divisão do trabalho guerreiro – através de um corpo de combatentes permanente e institucionalizado – fornece a “chave” para um processo análogo aparecer na política.<sup>8</sup> Por isso, as verdadeiras guerras fazem os Estados, e os Estados fazem as verdadeiras guerras.

Portanto, sociedades que não realizavam tal “guerra verdadeira” acabam por ter seus conflitos rotulados como rixas, contendas ou vendetas. Tal oposição vai ainda se desdobrar em outras que, no limite, apresentam similar rendimento teórico, como a oposição entre *feuding* (combate armado no interior de uma comunidade política) e *warfare* (combate entre comunidades políticas), sugerida por Otterbein (1973).<sup>9</sup> Mas, decididamente, o que está em questão com esse tipo de oposição? De certa maneira, defendemos aqui a noção de que ela atualiza para a subárea da “antropologia da guerra” outras tipologias que vemos ocorrer desde o evolucionismo, como, por exemplo, a clássica oposição de Maine (2005 [1861]) entre “laços de sangue” e “laços de solo”. Note-se que os níveis suscitados para diferenciação entre *feuding* e *warfare* diferem justamente na idéia de opor conflitos familiares a sociais/estatais.<sup>10</sup>

Pelo menos para alguns antropólogos norte-americanos que vieram a se formar no pós-guerra, o uso da idéia de “fases” ou diferenças radicais no modo de se fazer e conceber a guerra tornou-se claro.<sup>11</sup> Por exemplo, seguindo essa separação entre parentesco e política, Otterbein (1968) procura demonstrar que as alianças de guerra baseadas no parentesco tendem a se desfazer conforme aumenta a complexidade da organização política. Sahlins (1961) mostra que a guerra ocorre predominantemente no setor externo da tribo como unidade sociopolítica, seguindo a partir daí seu conhecido esquema de complexificação das unidades sociais. Service (1971) distingue os conflitos entre bandos de guerras entre Estados.<sup>12</sup>

Seguindo essa linha, vemos, como bem apontou Fausto (2001, pp. 268-70), toda uma série de problemas em se definir o fenômeno “guerra”. Vayda (1976), que realizou pesquisa entre os *marings* da Nova-Guiné, no começo dos anos de 1960, polarizou sua guerra em diferentes fases, das quais as duas principais seriam lutas “de nada”, ou meramente rituais, e lutas “verdadeiras”. Essa idéia de guerra primitiva como “ritual”, ou mesmo “jogo”, já havia sido relativamente popularizada pela etnografia de Hart e Pilling (1960) sobre os *tiwi* do norte da Austrália.<sup>13</sup> Contudo, algumas críticas procuraram desfazer essa imagem “não séria” da guerra primitiva, como as elaboradas por Naroll (1966) e Otterbein (1970). Esses autores demonstraram que

[...] os objetivos econômicos da guerra sustentam os *objetivos sociais* da guerra, dado que quando *objetivos sociais* estavam presentes, objetivos econômicos também estavam, enquanto objetivos econômicos poderiam ser achados sem a presença de *objetivos sociais*. Objetivos defensivos sempre estiveram presentes. Em outras palavras, ao mostrar a primazia de objetivos defensivos e econômicos, esses estudos provaram que a luta dos povos sem escrita era séria, não um jogo (Otterbein, 2000, p. 799; *grifos meus*).

Assim, o que eles chamam de *objetivos sociais* aponta novamente para a série “lúdica”, “ritualística” da guerra. Aliás, mesmo em textos posteriores, quando os argumentos se sofisticaram, encontramos a polarização entre as lutas “verdadeiras” e “rituais”: as primeiras tendem a ocorrer por pressões ecológicas (ganhos de terra, escassa no local); e as segundas contemplariam hábitos ou elementos lúdicos, como obedecer a funções sacrificiais (Vayda, 1976).<sup>14</sup>

E não são poucos os exemplos, uma vez que boa parte das discussões norte-americanas gira em torno de aspectos que remontam às

chamadas “causas materiais” ou aos “ganhos objetivos” da guerra, ambos permeados por séries que geralmente retomam noções de complexificação, evolução ou acumulação. De certa maneira, tais modelos tendem, como mostrou Fausto (1999, p. 256), a “naturalizar” o campo. Isso se dá, possivelmente, por uma certa persuasão em encontrar um selvagem contratualista, que, como coloca Otterbein (2000), mostraria uma antropologia que ora acredita no “mito do bom selvagem” (Keeley, 1996), ora no do “selvagem guerreiro” hobbesiano (Hobbes, 1974 [1651]). Acredito que tal visão ocorre, particularmente, na combinação de dois fatores.

Em primeiro, a perspectiva norte-americana da subárea tem tendência predominantemente evolucionista, buscando sintonizar o problema da guerra em termos de “origens” ou “passagens” de estados. Daí, talvez, essa fixação em classificar guerras como verdadeiras ou falsas, encontrar tipologias, partir de definições e emoldurar processos sociais em termos de matizes sócio-históricos. Vale ainda dizer que esse campo também se vê obrigado a discutir com visões bastante popularizadas da etologia, que busca fundamentos instintivos para a agressão e defesa territorial (Lorenz, 1966), da sociobiologia e seus mecanismos de seleção natural (Wilson, 1975) ou da psicologia pós-freudiana e suas explicações baseadas no binômio frustração/agressão (Ferguson, 1984, pp. 10-4). Suas novidades, portanto, têm que se preocupar em lidar com esse tipo de argumentação.

Seguindo essa linha, ao meu ver, o segundo fator trata o Estado como uma medida, baliza ou referência universal para situar o problema da guerra, se ligando à propensão evolucionista acima citada na medida em que leva à combinatória entre guerra e Estado insistindo em vê-los como “passagens” redundantes (Cohen, 1984).

Ou seja, novamente retomando a problemática contratualista, o Estado serve como medida para se pensar também a relação natureza-cultura diante da problemática da guerra.<sup>15</sup> De certa forma, essas idéias têm sido dominantes no cenário norte-americano desde fins dos anos 1960 até hoje.<sup>16</sup> Por isso, podemos pensar numa tipologia dessas visões inspirada em uma divisão prévia realizada por Clastres (1980), entre visões naturalistas e economicistas, agregando agora a estas o problema da origem do Estado. No entanto, diferentemente de Clastres (que as toma como separadas, e equaciona autores que apelam a um determinado marxismo antropológico), vejo fusões dessas duas tendências (naturalista e economicista) em oposição a uma terceira, que ele chama de “discurso cambista”, que basicamente representa a visão de Lévi-Strauss.<sup>17</sup>

O ponto “naturalista” da questão pressupõe que a causa inicial ou ponto de partida para explicar o porquê de um grupo entrar em guerra reside em um fator não sociológico, tomado se não como “natural”, ao menos como exterior à sociedade. O problema então passa a ser como se interage com essas causas transcendentais. Do mesmo modo que se espera em relação ao comportamento de elementos naturais, as sociedades reagiriam tendendo à racionalidade maximizadora, remetendo a uma “ordem econômica natural” (ou uma espécie de “mão invisível” que coordena o mundo social), que, assim, pode resultar em perdas ou ganhos.

Os yanomami, que ocupavam no imaginário dos anos 1960 um lugar liminar entre natureza e cultura, parecem ter tido papel de destaque nessa “querela” (Fausto, 1999, pp. 254 e ss.; Duarte do Pateo, 2005).<sup>18</sup> Na visão de Divale e Harris (1976), por exemplo, a guerra é uma espécie de resposta adaptativa a partir de uma “supremacia masculina”, promovendo, nesse caso, o

infanticídio feminino e, assim, uma limitação na taxa de crescimento demográfico.<sup>19</sup> Para Gross (1975), a guerra seria uma resposta cultural ao problema da escassez de proteína animal em meios de penúria, como a selva amazônica.<sup>20</sup> Mas uma guinada interessante para esse tipo de explicação foi a de Chagnon. No congresso da American Anthropological Association de 1967, ele apresenta seus dados sobre os yanomami, propondo uma espécie de “volta” a Hobbes: a ausência de instituições políticas provocava uma situação de constante fissão entre grupos vizinhos, que assim permaneciam presos a um estado de rivalidade mútua. Posteriormente, em 1988, ele revê seus dados e apresenta uma teoria de fundamento sociobiológico, imputando à escassez e à disputa por mulheres um processo de hostilidade e de “seleção” entre grupos vizinhos.

Nessa linha, argumentações que fundem a lógica naturalista-ecológica a uma racionalidade econômica proliferaram durante fim dos anos de 1960 e décadas depois. Valendo-se desse tipo de concepção, Lathrap (1968) propõe que o crescimento populacional levou à competição e à guerra pelas melhores terras cultiváveis na costa e nos rios da região amazônica, empurrando os grupos derrotados para o interior, processo que, como bem nota Fausto (2001, pp. 154-55; 170), foi pensado como uma espécie de *involução* cultural.<sup>21</sup> Vayda (1976) sustenta que a guerra tem, sobretudo, consequências adaptativas, ajustando populações ao meio ambiente e às condições de subsistência em determinada área geográfica. Como nota Ferguson (1984, p. 38), a chamada “motivação econômica” dos recursos naturais e/ou sexuais, nos anos de 1980, tenderia a dominar o cenário dos estudos antropológicos da guerra. Nesse sentido, a própria lógica da organização militar e também das táticas, estratégias e logística acabaram

por se tornar impregnadas de uma perspectiva economicista. É o caso, por exemplo, de Otterbein (1970, 1994), que procura combinar múltiplas variáveis (organização social, ecologia etc.) com o problema básico da eficiência dos meios militares.

Perspectiva em algo semelhante à de Otterbein, no que toca ao problema da eficiência militar, é levantada por Ferguson (Ferguson e Whitehead, 1992). Em sua *tribal zone theory*, ele argumenta que a guerra (inclusive no caso dos yanomami) vem de uma situação externa, a partir da expansão de um Estado (europeu) que gera uma pressão de múltiplas variáveis – ecológica, econômica, cultural – na população prístina. Mais do que isso, é a introdução de novos meios (materiais), como o metal, que, devido à sua escassez, provoca a fissão e a luta pelo controle social. Desse modo, a guerra – assim como a história (Fausto, 1999, p. 256) – obedece a um princípio transcendente que, no limite, segue a mesma lógica da argumentação naturalista-ecológica,<sup>22</sup> combinando-a, porém, com a emergência/expansão do Estado, que vem acompanhada de uma racionalidade inerente à eficiência dos meios militares.

De maneira simétrica a Ferguson, porém com efeito inverso, Carneiro (1970, 1978, 1988) também pensa a guerra ligada ao fenômeno da expansão territorial, só que em função dos seus limites (sobretudo de terras aráveis, mas também de pressão populacional).<sup>23</sup> Para ele, é a “circunscrição” social que leva à guerra (*circumscription theory*), e essa à formação do Estado (Carneiro, 1970). Um de seus argumentos é justamente o fato de que vários Estados se desenvolveram de forma independente em partes desconexas do mundo, e que, portanto, somente uma pressão inerentemente contrária a todo movimento de expansão resolveria o fato empírico de que “guerras fazem Estados”. Assim, a guerra –

acentuada, sobretudo, pela competição interna –, acelera o processo de subjugação dos grupos até estabilizar-se em grandes unidades políticas, em autoridades centralizadas.

Finalmente, cabe notar que esses modelos bio-ecológico-econômicos já tiveram seu pico. Ferguson, constatando tal fato para Otterbein (2000, p. 798), julga que o advento das “guerras étnicas” e o fim da Guerra Fria esvaziaram o interesse pela antropologia da guerra como ela então estava estruturada. Seriam agora outras subáreas que dariam o tom de incorporar ou não a guerra como explicação para fenômenos e/ou sociedades relativos; possivelmente o modelo geral e explicações como “causas, origens e efeitos” da guerra nesse cenário perderam sua força. De todo modo, pelos balanços disponíveis, a maior parte do material e das referências, mesmo atualmente, se situa entre os anos 1970 e 1980. Surpreendentemente, muitas dessas perspectivas guiaram-se ainda pela idéia de sociedades primitivas como sociedades de escassez. A surpresa vem justamente do fato de que é Sahlins (1968, 1972), um autor norte-americano bastante lido pelo meio acadêmico, quem vai desfazer esse equívoco. Suas proposições repercutem nos autores franceses que, se ainda preservavam algum estatuto para o plano econômico, foi deslocando este da produção para a troca. Vejamos então de que modo esse debate segue.

### Guerra e Troca

Contudo, é verdade que há um outro terreno em que podemos pensar em elementos ou modelos universais para a guerra sem necessariamente cair no pano de fundo biológico ou ecológico, e ficar também longe de divagações hiper-relativistas que impedem, *a priori*, ao menos de se partir das mesmas questões que anteriormente foram levanta-

das. Trataremos agora do campo de reflexões que surgiu da relação entre guerra e reciprocidade. Como veremos, essa discussão, se não se desprende de uma problemática contratualista, nem em parte consegue fugir totalmente do problema da emergência e do papel do Estado, ao menos postula soluções novas e originais, incorporadas ao problema da guerra, se soltando do eixo naturalista.

Partiremos assim das reflexões de Lévi-Strauss e Clastres (incluindo-se aí os chamados “filhos americanistas” do estruturalismo [Fausto, 1999]), que nos remetem ao papel da reciprocidade na constituição da vida social para pensar a guerra. Mesmo que escritas com mais de trinta anos de diferença (Lévi-Strauss escreveu seu primeiro ensaio dedicado ao tema em 1942 [1976], e Clastres em 1977 [1980]), tais reflexões apontam para um diálogo que ecoa em um horizonte de questões muito semelhante, de certa maneira voltado para fundamentos diversos daqueles que vemos nas soluções de caráter hobbesiano.<sup>24</sup> Ainda assim, é preciso ressaltar que as reflexões de Lévi-Strauss e Clastres, embora trabalhem numa semântica semelhante, vão apontar para soluções diferentes ao pensar a guerra. É, inclusive, no bojo de uma crítica de Clastres a Lévi-Strauss, que a questão da guerra, ao nosso ver, assume, para este último, sua maior relevância.

A idéia que liga a guerra à troca e afasta, provisoriamente, essa problemática da medida universal do contrato visto através do Estado, irá apresentar duas soluções. Em Lévi-Strauss, que se utiliza do exemplo etnográfico indígena sul-americano, especialmente o nambikuára, a guerra é uma possibilidade lógica existente na base dos fundamentos da socialidade, como uma contrapartida falha das relações de troca. Sem negar o fato de que a própria guerra é uma solução sociológica a um determinado problema, de certo modo ela passa a ser vista

como indexada ao plano estrutural da troca. Neste caso, ela seria uma possibilidade dentro de uma cláusula estrutural:

[...] as trocas comerciais representam guerras potenciais pacificamente resolvidas, e as guerras são consequência de transações mal sucedidas (Lévi-Strauss, 1976 [1942], p. 337).

Tal leitura supõe, portanto, que guerra e troca compõem equacionamentos possíveis de um binarismo lógico, tal qual se vê em outros aspectos exaustivamente levantados ao longo da obra de Lévi-Strauss. Desse modo,

[...] os conflitos guerreiros e as trocas econômicas não constituem unicamente, na América do Sul, dois tipos de relações coexistentes, mas antes os dois aspectos, opostos e indissolúveis, de um único e mesmo processo social (*Idem*, p. 338).

Já para Clastres, a guerra seria vista como um fundamento primeiro, este sim capaz de realizar relações de aliança subsequentes, hierarquizando assim a maneira pela qual essas formas estruturais se encadeiam na formulação de um “átomo sociológico”:

a guerra passa, pois, pela aliança, a aliança cria a troca. Há troca de mulheres porque não se pode fazer de outra forma: dada a existência de inimigos, urge obter aliados e tentar transformá-los em cunhados. Inversamente, quando, por uma outra razão (desequilíbrio da *sex-ratio* em favor dos homens, extensão da poligamia etc.), o grupo pretende obter esposas suplementares, tentará obtê-las pela violência, pela guerra, e não por uma troca em que nada ganharia (Clastres, 1980, p. 38).<sup>25</sup>

A partir disso, Clastres considera que

[...] a máquina de guerra é o motor da máquina social, o ser social primitivo

repousa inteiramente sobre a guerra, a sociedade primitiva não pode subsistir sem a guerra (*Idem*, p. 44).

É verdade que tal solução pode passar por um certo “ar de metafísica” banal (Giannotti, 1983, pp. 159-60), podendo conferir à guerra uma ontologia irredutível, que corre o risco de essencializar em demasia a questão. Mas, como veremos, tal medida para a guerra também rebate numa leitura sobre o “ser da sociedade primitiva”<sup>26</sup> – tomando de empréstimo a expressão de Viveiros de Castro (1986, p. 28) – que nos leva a uma espécie de “política do contrato”, para inverter a solução de Hobbes.

A consequência desse tipo de deslocamento, da política para a troca, não se faz por meio de uma simples ruptura. Há, ao mesmo tempo, de acordo com Sahlins (1972), a manutenção da idéia de uma espécie de “política primitiva” subsumida na operação da dádiva.<sup>27</sup> Parece-nos que tal leitura da série guerra/dádiva pode conter pelo menos uma dupla possibilidade. De um lado, como se sabe, Lévi-Strauss tenderia a reduzir o problema a uma operação lógica, e a ordem política que se interpõe no fenômeno da troca estaria minimizada a ponto de quase total ausência, como mostrou Lefort (1979). De outro lado, uma leitura como a de Clastres (1976, 1980) tenderia a acentuar o potencial da política no *modus operandi* primitivo, recorrendo aí à própria guerra como um motor de sociabilidade.<sup>28</sup>

É desse modo que, para Clastres, Lévi-Strauss confunde o fim com o meio: a sociedade primitiva, com sua concepção autárquica, procura restringir a troca, e não fomentá-la, como quer Lévi-Strauss. Isso permite a Clastres pensar uma modalidade política para a sociabilidade primitiva (ou humana?) – “Há troca porque há aliança” (1980, p. 37) –, e, assim, inserir a guerra no

fundamento sociológico primitivo, sugerindo inclusive uma “terceira leitura” sobre o fundamento geral da sociabilidade: “A Hobbes faltava a troca, a Lévi-Strauss, a guerra” (1980, p. 26). Por serem, então, “sociedades contra o Estado”, ao mesmo tempo as sociedades primitivas acabam sendo “sociedades para a guerra”.<sup>29</sup>

Parece-nos, contudo (para podermos voltar aos benefícios de Lévi-Strauss), que a leitura de Clastres, ao considerar a descontinuidade lógica entre guerra e Estado, pode acarretar numa formulação que, a reboque, traga certa descontinuidade sociológica entre “primitivos” e “modernos” (e aí as mesmas barreiras entre guerras verdadeiras e falsas podem voltar com nova roupagem...). Mas também não deixa de ser verdade que ele só pode chegar a uma equação dessas porque, em algum nível, há de existir algum fundamento comum: estaria a guerra apenas “silenciada” pelo Estado? Ou, então, devemos achar que Clastres leva adiante a idéia de que entre os “primitivos” e nós há uma diferença ontológica radical, como se tratássemos de fato de “dois tipos de humanidade”, e não como (num certo nível) duas soluções sociológicas diferentes para um mesmo problema? Parece-nos, de fato, que as duas leituras são possíveis. Se, de um lado, encontramos leitores como Gauchet (1980) que propõe, a partir da solução de Clastres, uma clara continuidade entre “primitivos” e “modernos”, fundamentalmente baseada numa “dívida de sentido” comum entre o sagrado (primitivo) e o Estado (moderno),<sup>30</sup> ou ainda leituras como de H. Clastres (1978), que vê nos guaranis a marca nascente de um “proto-Estado”, que produziria um contradiscurso profético (a recusa à divisão, conforme P. Clastres); de outro lado, encontramos a solução binária ressaltada por leitores como Lefort (1999), Fausto (1999) e Goldman (1999, pp. 77-82), que vão detectar que essa diferença do “ser”

primitivo pode levar à contrapartida de um hiato com o “moderno”.<sup>31</sup>

Tal panorama pode nos colocar novamente à sombra da metafísica da violência (seja da tortura, seja da guerra) em Clastres (Giannotti, 1983; Viveiros de Castro, 1986), pensando agora se ela seria de fato, no que tange às formulações possíveis sobre as relações entre guerra e troca, uma alternativa ao “kantismo sem sujeito transcendental” universalizante de Lévi-Strauss. De certo modo, as leituras de Clastres e Lévi-Strauss recobrem os espectros de possibilidades de se ligar esses fatos. Podemos pensar que o que para Clastres é tomado como um problema de anterioridade lógica da guerra em relação à troca, em Lévi-Strauss corresponde, se tomado ao pé da letra, à equalização da troca e da guerra como possibilidades de realização da própria estrutura. Assim, enquanto Clastres repõe uma modalidade própria da existência de um “ser social primitivo”, Lévi-Strauss colocaria a relação entre guerra e troca numa operação até certo ponto livre de sujeitos.<sup>32</sup> Desse modo, o recurso à estrutura jogaria a problemática no âmbito de uma universalidade, ao mesmo passo que retiraria um sentido mais fenomenológico que poderia atribuir sentidos diferenciados para essas realidades sociais. Clastres, em compensação, desfaz o sentido matemático da operação, mas, ao mesmo tempo, perde a possibilidade de universalizar a ligação entre guerra e troca.

Ainda assim, como sugere Fausto (1999, 2001), poderíamos pensar numa outra leitura, que, de certo modo, vai se valer dessas anteriores, embora retomando um sentido estruturalista posterior à obra de Lévi-Strauss. É possível dizer que há outras conseqüências do pensamento de Lévi-Strauss (que são de especial interesse para nós), que ultrapassam a equação “guerra = troca infeliz”. Desse modo,

a crítica [de Clastres] dirigida a Lévi-Strauss atém-se, contudo, a apenas um dos aspectos da reflexão estruturalista sobre a guerra primitiva, aquele que a faz mera contraface da troca e da sociabilidade, não lhe conferindo nenhum valor positivo. Na verdade, há outro movimento no pensamento lévi-straussiano, talvez mais profundo e com um desenvolvimento empírico mais importante, que consiste justamente na operação inversa: não se trataria de pensar a guerra como negativo da troca, mas sim *como* troca (Fausto, 1999, p. 260).

Identificada à troca, a guerra aparece no enunciado de um princípio estrutural e *a priori* de toda experiência humana (*Idem*, p. 260).

Tal leitura se vale de uma série de exemplos etnográficos sul-americanos, como os expostos em Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro (1985), Viveiros de Castro (1986) e Fausto (2001), nos quais se retira da operação da guerra como troca uma substância fenomênica. No exemplo etnográfico mais recente, Fausto pôde elaborar um desdobramento da idéia de “guerra como troca” de Lévi-Strauss, imprimindo-lhe o que ele chama de uma “lógica qualitativa” da guerra. Observando como o consumo de inimigos se transubstancializa de diversos modos na produção de pessoas nessas sociedades (que encontra operação análoga somente na cosmologia xamanística),<sup>33</sup> ele chega a propor a cunhagem de uma categoria generalizante para se pensar a guerra nessa região etnográfica – a “predação familiarizante”:

[...] quando associo as posições de xamã e guerreiro, estou sugerindo que as operações de “domesticação” no xamanismo e na guerra são de mesma natureza, e que ambas são parte de uma economia generalizada da produção de pessoas, centrada na apropriação de capacidades no exterior do *socius*. Cunhei um termo para falar dessas operações: *predação familiarizante*, conversão da predação em familiariza-

ção, processo pelo qual sujeitos ferozes e outros são consumidos e controlados para se produzirem novos sujeitos no interior do grupo (Fausto, 1999, p. 269; *grifos do autor*).

Uma das características essenciais dessa leitura da guerra se baseia na noção de que a guerra indígena é fundamentalmente uma relação entre *sujeitos* que, no ato de guerra, se consomem de maneira produtiva (ao produzir-se em função de uma alteridade reconhecida e incorporada), gerando, por exemplo, nomes, parentes e pessoas.<sup>34</sup> Ao mesmo tempo, há que se reconhecer que essa possibilidade substantiva que está imersa na equação “guerra *como* troca” somente se efetiva com o reconhecimento de que estamos lidando com sociedades que manejam a alteridade com pressupostos parecidos aos colocados por Clastres, ao definir um “ser social da sociedade primitiva” (Viveiros de Castro, 1986, pp. 28 e ss.): diferentes do nosso, recusando-se à divisão.

## Conclusão

Então, caberia pensar num alargamento suficiente para essas proposições, a ponto de pensar a guerra moderna, por exemplo, como uma variante ou um caso dessas relações? Em princípio, não, pois

[...] se na guerra, digamos, ‘moderna’ os inimigos são coisificados ou animalizados, na guerra indígena, ao contrário, eles têm necessariamente o estatuto de sujeitos: a predação é uma relação social entre sujeitos. [Daí] para que o consumo seja produtivo, ele não pode ser a pura negação do outro: o inimigo não pode ser reduzido à condição de objeto ou de insumo. Isso significa que o movimento bélico respeita antes uma lógica da qualidade do que da quantidade. As

operações guerreiras visam não apenas conhecer a subjetividade do inimigo, mas qualificá-la, resgatá-la da indiferença para consumir sua diferença (Fausto, 1999, p. 273).<sup>35</sup>

No entanto, acredito que, desse modo, caímos em uma espécie de impasse: ao mesmo tempo que a “guerra primitiva” abre o horizonte para se pensar uma perspectiva antropológica da guerra, isto é, como um fundamento geral, encontramos inversões de características na sua “passagem” para a guerra moderna, que parece operar no âmbito do Estado e, a partir daí, temos que aceitar um campo de validações oferecido, sobretudo pela ciência política, perdendo a antropologia sua força de análise.

Isso, claro, pode mudar se considerarmos que o campo de análise da antropologia para as ditas “guerras modernas” ainda está engatinhando. Análises etnográficas específicas parecem de alguma maneira estar ainda bastante interessadas no fenômeno da formação

do Estado, ora indexando a guerra à política, ao modo de outras análises sociológicas – por exemplo, Tilly (1996) e Cohen (1984) –, ora incorporando teorias do *expanding states* – como em Deflem (1999) –, ora relacionando o problema ao contexto da emergência de identidades étnicas, ou ainda incorporando um pouco dessas duas perspectivas.<sup>36</sup>

Uma outra perspectiva, muito mais restrita, ainda pretende abarcar análises antropológicas sobre militares e/ou formações guerreiras. É o caso pioneiro de Castro (1990), seguido de Leirner (1997, 2001), e poucas análises realizadas em outros países, das quais destaco Frese e Harrell (2003), além dos trabalhos de Ben-Ari e Frühstück (2003) sobre as forças de defesa do Japão e um breve ensaio bibliográfico do mesmo Ben-Ari (2004). Porém, é preciso dizer que tais análises, possivelmente com exceção das duas primeiras, pouco fazem para discutir com todo o campo de investigação acima proposto. Fica, então, a sugestão para que a etnografia das “nossas guerras” olhe para essa discussão.

## Notas

- 1 É verdade que já se pode de alguma maneira reportar ao *Ensaio sobre a dádiva* de Mauss (1974), especialmente em relação aos problemas das prestações agonísticas, uma reflexão sobre a guerra, mas somente dentro de um conjunto mais amplo de problemas. Neste caso, bem como de outros, como o de Fernandes (1970 [1952]), entendo que suas brilhantes análises vão ser incorporadas em reflexões futuras, por isso não vou situá-las agora (com o possível prejuízo de desprezar uma cronologia).
- 2 O que certamente não é prerrogativa dessa área, e aí deve seguir uma dinâmica mais ou menos comum a todas as ciências sociais.
- 3 De certo modo, o presente artigo está balizado em reflexões anteriores de Fausto (1999, 2001), até agora provavelmente uma das únicas em português que realiza um balanço do tema, ainda que não seja essa sua pretensão. Recentemente, a tese de Rogério Duarte do Pateo realiza um balanço da literatura, enfocando especialmente o caso yanomami (Duarte do Pateo, 2005). Outros textos produzidos no Brasil (que são raros), além dos que veremos adiante, encontram-se em um recente volume da revista *Sexta-Feira* dedicado ao tema da guerra. Seguindo uma trilha semelhante à de Fausto, destaco Cohn e Sztutman (2003).

- 4 Sobre o “weberianismo” dessas visões, constatado por um cientista político, ver Keegan (1995, p. 121).
- 5 Leitura semelhante também pode ser feita no *Primitive marriage* de McLennan (1970 [1865]), em que o rapto de mulheres tem um papel fundamental na passagem dos sistemas matrilineares para os patrilineares. Ver também Evans-Pritchard (1973, pp. 45-7).
- 6 Já em 1940, Radcliffe-Brown (1981 [1940], pp. 18-9), numa passagem do seu prefácio ao *Sistemas políticos africanos* distinguia a violência privada (*feud*) da guerra. Embora esse esquema vá ser visto ao mesmo tempo em diversas abordagens, não se trata de uma reflexão sobre a natureza da guerra, conforme veremos aparecer em outros autores contemporâneos.
- 7 Turney-High era, além de antropólogo da Montana State University, oficial da cavalaria norte-americana.
- 8 Por isso, o conceito de “horizonte militar” não se refere, necessariamente, somente ao Estado moderno, embora pensemos que seja a perspectiva deste que esteja informando a medida das coisas. O Império Romano, nesse sentido, poderia ser considerado como um tipo de organização “acima” do horizonte militar.
- 9 Ver, nesse sentido, a crítica de Fausto (2001, pp. 268-71).
- 10 Aliás, essa idéia de “comunidades políticas” também parece ter afetado uma antropologia muito próxima daquela que estamos discutindo, como é o caso de uma série de estudos sobre estrutura social e política de povos indígenas que aparecem no cenário norte-americano a partir dos anos de 1950, como, por exemplo, Service (1962) e Sahlins (1968). Esses estudos tratavam de estabelecer tipologias para o grau de complexidade sociopolítica como “bando, tribo, chefia, cacicado, reino e Estado”.
- 11 Parece-nos que o ambiente norte-americano também foi decisivo para uma escolha de certos antropólogos pelo estudo da guerra. Depois de aparente calma nos anos de 1950 – só cinco artigos foram publicados nos maiores periódicos norte-americanos durante a década, conforme Ferguson (1984, p. 6) –, o tema voltou com força nos anos de 1960, considerados a “idade de ouro” para a antropologia da guerra: “Why was this period the golden age for the study of warfare? I offer, tentatively, three thoughts. First, the number of anthropologists grew rapidly, beginning in the late 1950s. These students needed to find research topics and field sites. In the early 1960s, I sought a topic that had been little researched – and found warfare [...]. Second, the war in Vietnam, unlike the Korean War, had aspects resembling “primitive war”. [...] Third, some unacculturated areas opened to field research...” (Otterbein, 2000, p. 799).
- 12 Assim, “Há muitas razões para não se esperar que uma guerra seja intensa, sangrenta ou prolongada entre os bandos de caçadores e coletores, mas a falta de uma sólida organização deve ser um dos mais importantes fatores. [...] Na ausência de uma organização que possa mobilizar ou recrutar guerreiros, conduzi-los e dar-lhes razões para a luta, não se deve esperar que ocorram batalhas realmente sérias” (Service, 1971, p. 83).

- 13 Uma descrição dessa batalha foi compilada por Service (1971, pp. 82-3). Valendo-se dessa e de outras descrições, Service chega, inclusive, a sugerir que as “batalhas abertas” dos primitivos pudessem eventualmente ser substituídas por jogos ou competições. Curiosamente, vemos uma linha de semelhança, mas de maneira a equacionar as relações guerra-paz, primitivo-moderno de maneira inversa, com os processos de “esportificação” associados à dinâmica de pacificação da sociedade ocidental tal qual vista por Elias (1992).
- 14 A tese de Vayda (1956) incorpora largamente a distinção entre guerra primitiva e verdadeira de Turney-High, incluindo os modelos maori e havaiano como exemplos de guerra “verdadeira”, devidamente estruturada por um sistema de autoridade centralizada. Posteriormente, ele irá progressivamente suavizar essas distinções (Ferguson, 1984, p. 27).
- 15 Ver, a esse respeito, crítica de Fausto (1999). Aqui também se abrange a questão da formação do Estado da perspectiva evolucionista da centralização política, como em Service (1962), para quem a chefia é um passo importante e inexorável da formação posterior do Estado. Sahlins (1968), que até certo ponto se enquadrava nessa perspectiva, se desliga dela ao encontrar a fusão entre processo e estrutura, como no caso havaiano (Sahlins, 1990).
- 16 Otterbein vê dois períodos: um entre 1960 e 1980 e outro de 1980 até hoje. Porém, esses períodos diferem mais quantitativamente do que qualitativamente (Ferguson, 1988), uma vez que o segundo período condensou ainda mais as perspectivas do primeiro (Otterbein, 2000, pp. 798-802).
- 17 Tal discussão com Lévi-Strauss será retomada a seguir.
- 18 Posteriormente, boa parte da literatura dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980 irá se ocupar com duas regiões etnográficas: América do Sul e Nova Guiné (Ferguson, 1984, p. 32), com leve tendência de expansão dos estudos para a África Sub-saariana.
- 19 Note-se a semelhança com argumentos como os de McLennan (1970 [1865]) e Tylor (1888), elaborados um século antes.
- 20 Para uma lista de estudos que relacionam a falta de proteína na Amazônia à guerra, ver Ferguson (1984, p. 30). Para a polêmica sobre a (falta de) proteína como motor da guerra, ver Chagnon (1983) e a resposta de Harris (1984), encontrada no volume editado por Ferguson.
- 21 Para Ferguson (1984, p. 30), não há consenso entre as perspectivas da ecologia cultural se a terra é um objetivo ou uma consequência da guerra, especialmente nos casos das regiões do Pacífico Ocidental e do Sudeste Asiático. Para listar opiniões contra ou a favor do argumento ecológico que liga a guerra à expansão de terras, ver, respectivamente, Hallpike (1977) e Ember (1982).
- 22 Para uma crítica a este modelo, ver Fausto (2001, pp. 506-7).
- 23 Curiosamente, Carneiro (1994), ao defender a “culturalidade” da guerra, apela justamente a Malinowski, quem formulou uma teoria das necessidades básicas para sustentar seu brilhante material etnográfico.

- 24 É verdade que Fernandes (1970 [1952], p. 11) também vai apresentar uma visão pioneira sobre a guerra primitiva, vendo-a como “fato social”, e retirando-a da chave “naturalista”. No entanto, também é verdade que o prisma funcionalista o faz reduzir a guerra ao fenômeno religioso, de certo modo apenas substituindo a solução política por essa outra ordem, digamos, mais “cosmológica” (em relação aos tupinambás, ele admite que nas nossas sociedades a guerra é a “continuação da política”). Ainda assim, ao conferir à guerra tupinambá o estatuto de uma “guerra verdadeira” (contra Turney-High e Malinowski), Fernandes abre um enorme campo de possibilidades que anos mais tarde serão retomadas à luz do estruturalismo, por exemplo, em Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro (1985).
- 25 Clastres (1980, p. 25) pensa que uma vez as sociedades primitivas vivessem um ideal “autárquico”, elas “recusa[riam] o risco imanente ao comércio, recusa[riam] alienar sua autonomia”. Então, faz-se necessário desarticular a guerra de um comércio que já não existe enquanto princípio constitutivo dessas sociedades.
- 26 Assim, para Clastres, o fundamento que está por trás da guerra como “átomo” é um “desejo político” (ou mesmo uma nova versão do contrato?) de as sociedades primitivas recusarem o Estado, que seria uma espécie de “grande Outro”, utilizando-se dos termos de Lefort (1999, p. 322). Nesse sentido, o risco da troca seria assim uma espécie de caracimata do risco da divisão social, especialmente a divisão da sociedade do poder que a constitui. Por isso, a idéia de alienar o próprio corpo social em função de outro segue, nessa medida, a recusa da sociedade primitiva em alienar-se de si mesma. Clastres procura mostrar que há uma deliberação no sentido de se evitar por todos os meios o que ele entende como sendo o “risco da divisão”, o que se dá sempre de maneira dramática. No interior de uma sociedade, a tortura realizaria o papel de mostrar que o corpo social está igualmente presente em todos, inserindo as marcas da sociedade no próprio corpo do indivíduo (Clastres, 1978). E, em relação ao exterior, a guerra garantiria a unidade autárquica do corpo social (vista, sobretudo, pelas noções de autarquia comercial e dispersão centrífuga que Clastres toma de empréstimo a Sahlins (1972); também conforme Clastres [1976, 1978, 1980]). Desse modo, em relação à troca, a guerra passa a ser vista como fórmula ideal de realização desse “desejo político”, e, portanto, ela própria representaria um fundamento social antiestatal. Ver, a esse respeito, as considerações de Viveiros de Castro (1986, pp. 28, 88 e 105), Cardoso (1989, pp. 8 e 16, nota 2) e também de Prado Jr. (2003, pp. 431-32) sobre a metafísica de Clastres.
- 27 Fato que Sahlins (1972, p. 171) constata na sua leitura de Mauss: “But if Mauss is a spiritual descendant of Rousseau, as a political philosopher he is akin to Hobbes. Not to claim a close historic relation with the Englishman, of course, but only to detect a strong convergence in the analysis: a basic agreement on the natural political state as a generalized distribution of force, on the possibility of escaping from this condition by the aid of reason, and on the advantages realized thereby in cultural progress. The comparison with Hobbes seems to best bring out the almost concealed scheme of *The Gift*. Still, the exercise would have little interest were it not that this ‘problématique’ precisely at the point it makes juncture with Hobbes arrives at a fundamental discovery of the primitive poli-

ty, and where it differs from Hobbes it makes a fundamental advance in understanding social evolution”.

- 28 A forma “política” do Dom parece também estar respaldada por uma economia política primitiva explorada por Sahlins (1972), inclusive podendo se pensar aí sua idéia de “reciprocidade negativa”, de qual se espera ganho sem contrapartida (*Idem*, p. 195), como uma espécie de “fórmula elementar de economia de guerra”. No nosso entender, tal problema para o Dom apresenta soluções mais consistentes em Clastres, que, retomando o próprio argumento de Sahlins, potencializa a discussão no campo da filosofia política.
- 29 Diz ele: “A máquina de guerra é o motor da máquina social, o ser social primitivo repousa inteiramente sobre a guerra. Quanto mais houver a guerra, menos unificação haverá, e o maior inimigo do Estado é a guerra. A sociedade primitiva é contra o Estado na medida em que ela é sociedade-para-a-guerra. Eis-nos novamente reconduzidos ao pensamento de Hobbes. Com uma lucidez que depois dele desapareceu, o pensador inglês soube desvendar o laço profundo, a relação de vizinhança próxima que entre ambos estabelecem a guerra e o Estado. Soube ver que a guerra e o Estado são termos contraditórios, que não podem existir conjuntamente, que cada um deles impede a conjugação do outro: a guerra impede o Estado, o Estado impede a guerra. [...]. Incapaz de conceber o mundo primitivo como um mundo não-natural, Hobbes, em contrapartida, foi o primeiro a perceber que não se pode pensar a guerra sem o Estado, que devem ambos ser pensados numa relação de exclusão. Para ele, o vínculo social institui-se entre os homens graças a esse ‘poder comum que os mantém a todos em respeito’: *o Estado é contra a guerra*. Que nos diz paralelamente a sociedade primitiva como espaço sociológico da guerra permanente? Repete, invertendo-o, o discurso de Hobbés, proclama que a máquina da dispersão funciona contra a máquina de unificação, diz-nos que *a guerra é contra o Estado*” (Clastres, 1980, pp. 44-5; *grifos do autor*).
- 30 Gauchet tem a idéia de que o Estado não representa um corte na história humana: ele apenas ressalta um fenômeno que já era dado no sentido religioso, uma certa *exterioridade* do fundamento social. Embora esta pareça uma solução tipicamente durkheimiana, haverá um ponto de divergência em relação a Durkheim: essa exterioridade é uma escolha inerente a cada sociedade (o que, aliás, permite que se passe do sagrado ao Estado), e, nesse sentido, não se constitui num constrangimento, mas sim numa *escolha política* (daí a retomada de Clastres): a de se estabelecer uma dívida de sentido inicial.
- 31 Embora a idéia de “sociedade contra o Estado” de Clastres lance no plano da política o pressuposto de uma fórmula contratual universal, ela pode acarretar, sem querer, uma volta a uma espécie de divisor sociológico. Lefort (1999, pp. 314-15; 320-24) percebe tal fato quando Clastres constrói sua noção de alteridade sobre o Estado, tomando esta “forma da história” como resolução mais bem acabada da diferença. Fausto (1999, pp. 258-59) entende que a solução de Clastres pode recair numa espécie de paradoxo, sugerindo que ele não escapa totalmente dos modelos ao mesmo tempo do “bom selvagem”, para expressar uma “liberdade e igualdade” primitivas, e do selvagem hobbesiano, contra Lévi-Strauss. Goldman (1999, pp. 81-2), em parte apoiado nas reflexões de Deleuze e Guattari (1997 [1980]), entende que Clastres, ao perceber que algo do mecanismo dessa

instituição moderna tem que estar presente nas sociedades primitivas para que elas possam inibi-lo, acaba por produzir um certo “resíduo etnocêntrico”, que impõe uma continuidade artificial entre os dois tipos de sociedades.

- 32 Aliás, esta é a crítica que Lefort (1979) estende para a leitura que Lévi-Strauss faz do Dom (ou de Mauss, na sua célebre “Introdução à obra de Marcel Mauss”, de 1950). Também é um ponto de crítica para Bourdieu (1977, pp. 3-9; 1996, pp. 7-8), para quem o Dom – se observado no intervalo da troca – também tem que ser considerado produto (e produção) de um desejo, de uma “verdade vivida”, e também a realização de uma relação de troca transcendental.
- 33 A relação entre o consumo e a produção de pessoas vem de textos anteriores, já podendo ser detectada desde a obra de Fernandes (1970 [1952]), mas cristalizada, sobretudo, em Viveiros de Castro (1986). Não cabe aqui fazer a reconstituição dessa produção, esclarecendo apenas que optamos por seguir a etnografia de Fausto (2001), não somente por ela retomar toda essa literatura anterior, mas também por se preocupar especificamente em elaborar a partir daí uma teoria da guerra. Para uma visão sintética da questão, ver Fausto (2001, pp. 326 e ss., especialmente p. 327, nota 71).
- 34 Essa relação foi cunhada por Fausto (2001) como “consumo produtivo”.
- 35 Tal também é a assertiva de Viveiros de Castro sobre a predação, que Fausto estendeu para uma teoria da guerra: “Tais relações de predação, apressamo-nos a ressaltar, são imediatamente relações sociais. A reciprocidade inerente à predação canibal já sugere que se trata aqui de uma predação *subjetivante*, interna ao ‘mundo das relações’ de que falava Lévi-Strauss. Ela nada tem a ver com a produção objetivante moderna, que supõe justamente uma relação neutra, impossível nas cosmologias ameríndias, confrontando um Sujeito humano ativo e um Outro inerte e naturalizado. A predação generalizada ameríndia é uma figura do mundo do dom e da ‘luta dos homens’ (Lefort, 1979), não do mundo do trabalho e da sujeição das coisas: ela pertence à *troca*, não à *produção*” (Viveiros de Castro, 1986, p. 186; grifos do autor).
- 36 Veja recente número da *American Anthropologist* dedicado ao 11 de setembro, destacando-se, por exemplo, os artigos de Shahrani (2002) e Lutz (2002).

#### Bibliografia

- BEN-ARI, Eyal. (2004), “Review essay: the military and militarization in the United States”. *American Ethnologist*, 31 (3): 340-48.
- BEN-ARI, Eyal & FRÜHSTÜCK, Sabine. (2003), “The celebration of violence: a live-fire demonstration carried out by Japan’s contemporary military”. *American Ethnologist*, 30 (4): 540-55.
- BOURDIEU, Pierre. (1977), *Outline of a theory of practice*. Cambridge, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1996), “Marginália: notas adicionais sobre o Dom”, *Mana*, 2 (2): 7-20, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

- CARDOSO, S. (1989), A crítica da antropologia política na obra de Pierre Clastres, Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (1985), "Vingança e temporalidade entre os tupinambá", *Anuário Antropológico* 85, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- CARNEIRO, Robert. (1970), "A theory of the origin of the State". *Science*, 469: 733-38.
- \_\_\_\_\_. (1978), "Political expansion as an expression of the principle of competitive expansion", in R. Cohen & Elman Service (eds.), *Origins of the State: the anthropology of political evolution*, Philadelphia, Institute for the Study of Human Issues, pp. 205-23.
- \_\_\_\_\_. (1988), "The circumscription theory: challenge and response". *American Behavioral Scientist*, 31 (4): 497-511.
- \_\_\_\_\_. (1994), "War and Peace: alternating realities in human history", in S. Reyna & R. Downs, *Studying war: anthropological perspectives*, Amsterdam, OPA.
- \_\_\_\_\_. (2003), *Evolutionism in cultural anthropology: a critical history*. Boulder, Westview Press.
- CASTRO, Celso. (1990), *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- CHAGNON, Napoleon. (1967), "Yanomamo social organization and warfare", in M. Fried. et al. (eds.), *War: the anthropology of armed conflict and aggression*, Garden City Natural History Press, pp. 109-59.
- \_\_\_\_\_. (1983), *Yanomamo: the fierce people*. 3. ed. New York, Holt, Rinehart Winston.
- \_\_\_\_\_. (1988), "Life histories, blood revenges and warfare in a tribal population". *Science*, 239: 985-92.
- CLASTRES, Hélène. (1978), *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo, Brasiliense.
- CLASTRES, Pierre. (1976), "Préface", in M. D. Sahlins, *Âge de Pierre, Âge D'Abundance*, Paris, Gallimard.
- \_\_\_\_\_. (1978), *A sociedade contra o Estado*. São Paulo, Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (1980), "Arqueologia da violência", in VVAA, *Guerra, religião e poder*, Lisboa, Ed. 70.
- COHEN, Ronald. (1984), "Warfare and State formation: wars make states and states makes wars", in R. Brian Ferguson (ed.), *Warfare, culture and environment*, Orlando, Academic Press.
- COHN, Clarice & SZTUTMAN, Renato. (2003), "O visível e o invisível na guerra ameríndia". *Sexta-Feira*, São Paulo, Ed. 34, a43-a56.
- DEFLEM, Mathieu. (1999), "Warfare, political leadership, and State formation: the case of the Zulu kingdom, 1808-1879". *Ethnology*, 38 (4): 371-91.

- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. (1997 [1980]), *Mil platôs*. Vol. 5, São Paulo, Ed. 34.
- DIVALE, William & HARRIS, Marvin. (1976), "Population, warfare, and the male supremacist complex". *American Anthropologist*, 78: 521-38.
- DUARTE DO PATEO, Rogério. (2005). *Relações de antagonismo e aliança entre os yanomami da serra dos Surucucus (RR)*. Tese de Doutorado. São Paulo, PPGAS/USP.
- ELIAS, Norbert. (1990 [1939]), *O processo civilizador*, v. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- \_\_\_\_\_. (1992), *A busca da excitação*. Lisboa, Difel.
- EMBER, Melvin. (1982), "Statistical evidence for an ecological explanation of warfare". *American Anthropologist*, 84: 645-49.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. (1973), *Antropología social*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- FAUSTO, Carlos. (1999), "Da inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena", in A. Novaes (org.), *A outra margem do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2001), *Inimigos fiéis. História, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo, Edusp.
- FERGUSON, R. Brian. (1984), "Introduction: studying war", in R. Brian Ferguson (ed.), *Warfare, culture and environment*, Orlando, Academic Press.
- \_\_\_\_\_. (1988), *The anthropology of war: a bibliography*. New York, Number One.
- \_\_\_\_\_. (1990), "Explaining war", in J. Haas, *The anthropology of war*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FERGUSON, R. Brian. & WHITEHEAD, Neil. (1992), *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Seattle, University of Washington Press.
- FERNANDES, Florestan. (1970 [1952]), *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo, Pioneira/Edusp.
- FRESE, Pamela & HARRELL, Margaret. (2003), *Anthropology and the United States military*. New York. Palgrave Macmillan.
- FRIED, Morton. (1967), *The evolution of political society*. New York, Random House.
- GAUCHET, Marcel. (1980), "A dívida do sentido e as razões do Estado", in VVAA, *Guerra, religião e poder*, Lisboa, Ed. 70.
- GIANOTTI, José A. (1983), *Trabalho e reflexão. Ensaio para uma dialética da sociabilidade*. São Paulo, Brasiliense.
- GOLDMAN, Marcio. (1999), *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Nuap.
- GROSS, Daniel. (1975), "Protein capture and cultural development in the Amazon basin". *American Anthropologist*, 77: 526-49.
- HALLPIKE, C. R. (1977), *Bloodshed and vengeance in the Papuan mountains: the generation of conflict in tauade society*. London, Oxford University Press.

- HARRIS, Marvin. (1984), "A cultural materialist theory of band and village warfare: the Yanomamo test", in R. Brian Ferguson (ed.), *Warfare, culture and environment*, Orlando, Academic Press.
- \_\_\_\_\_. (1977), *Cannibals and kings: the origins of cultures*. New York, Random House.
- \_\_\_\_\_. (1979), *Cultural materialism: the struggle for a science of culture*. New York, Random House.
- HART, C. W. M. & PILLING, Arnold. R. (1960), *The Tiwi of North Australia*. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- HOBBS, Tomas. (1974 [1651]). *Leviatã ou matéria: forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo, Ed. Abril (col. "Os Pensadores").
- KEEGAN, John. (1995). Uma história da guerra. São Paulo. Companhia das Letras.
- KEELEY, Lawrence W. (1996), *War before civilization: the myth of the peaceful savage*. New York, Oxford University Press.
- LATHRAP, Donald. (1968), "The 'hunting' economics of the tropical forest zone of South America: an attempt at historical perspective", in R. Lee & I. Devore, *Man the hunter*, Chicago, Aldine.
- LEFORT, Claude. (1979), *As formas da história*. São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1999), *Desafios da escrita política*. São Paulo, Discurso Editorial.
- LEIRNER, Piero C. (1997), *Meia-Volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro, FGV/Fapesp.
- \_\_\_\_\_. 2001. O sistema da guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Antropologia/ USP.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1974 [1950]. "Introdução à obra de Marcel Mauss". in M. Mauss, *Sociologia e antropologia*, 2 vols., São Paulo, EPU/Edusp.
- \_\_\_\_\_. 1976 [1942], "Guerra e comércio entre os índios da América do Sul", in Egon Shaden, *Leituras de Etnologia Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- LORENZ, Konrad. (1966), *On aggression*. London, Methuen & Co.
- LUTZ, Catherine. (2002), "Making war at home in the United States: militarization and the current crisis". *American Anthropologist*, 104 (3): 723-35.
- MAINE, Henry S., (2005 [1861]). *Ancient Law*. Texto Integral em <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/maine/>. Acesso em setembro de 2005.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1941), "An anthropological analysis of war", *American Journal of Sociology*, 46: 521-50.
- MAUSS, Marcel. (1974), "Ensaio sobre a dádiva", in *Sociologia e Antropologia*, 2, São Paulo, EPU/Edusp.

- MCLENNAN, John F. (1970 [1865]), *Primitive marriage*. Chicago. University of Chicago Press.
- MORGAN, Lewis. (1985 [1877]), *Ancient society*. Phenix. University of Arizona Press.
- NAROLL, Raoul. (1966), "Does military deterrence deter?" *Trans-Action*, 3 (2): 14-20.
- OTTERBEIN, Keith. (1968), "Internal war: a cross-cultural study". *American Anthropologist*, 70: 277-89.
- \_\_\_\_\_. (1970), *The evolution of war: a cross-cultural study*. New Haven, CT, Human Relations Area Files Press.
- \_\_\_\_\_. (1973), "The anthropology of war", in J. Honigmann (ed.), *Handbook of social and cultural anthropology*, New York, Rand McNally and Co.
- \_\_\_\_\_. (1994), *Feuding and warfare: selected works of K. Otterbein*. Langhorne, Gordon and Breach.
- \_\_\_\_\_. (2000), "A history of research on warfare in anthropology", *American Anthropologist*, 101(4): 794-805, Chicago, AAA.
- PRADO JR., Bento *et al.* (2003), "Lembranças e reflexões de Pierre Clastres: entrevista com Bento Prado Jr.". *Revista de Antropologia*, 46 (2), São Paulo, Universidade de São Paulo.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred. R. (1981 [1940]), "Prefácio", in Meyer Fortes & E. E. Evans-Pritchard, *Sistemas políticos africanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SAHLINS, Marshall. D. (1961), "The segmentary lineage: an organization of predatory expansion". *American Anthropologist*, 63: 322-45.
- \_\_\_\_\_. (1968), *Tribesman*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- \_\_\_\_\_. (1972), *Stone Age economics*. Chicago, Aldine Publishing Co.
- \_\_\_\_\_. (1990), *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- SERVICE, Elman. (1962), *Primitive social organization: an evolutionary perspective*. New York, Random House.
- \_\_\_\_\_. (1971), *Os caçadores*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- SHAHRIANI, Nazif. (2002), "War, factionalism, and the State in Afghanistan". *American Anthropologist*, 104 (3): 715-22.
- TILLY, Charles. (1996), *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo, Edusp.
- TURNEY-HIGH, H. (1942), *The practice of primitive war*. Missoula, Montana State University.
- TYLOR, Edward B. (1888), "On a method of investigating the development of institutions: applied to laws of marriage and descent". *Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, 18: 245-270.
- VAYDA, Andrew P. (1956), *Maori warfare*. PhD Dissertation. Columbia University.

- \_\_\_\_\_. (1976), *War in ecological perspective*. New York, Plenum.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (1986), *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- VINCENT, Joan. (1990), *Anthropology and politics: visions, traditions and trends*. Tucson, University of Arizona Press.
- WEBER, Max. (1994 [1913]), *Economia e Sociedade*, v. 1, Brasília, Ed. UnB.
- \_\_\_\_\_. (1999 [1913]), *Economia e Sociedade*, v. 2, Brasília, Ed. UnB.
- WILSON, Edward O. (1975), *Sociobiology: the new synthesis*. Cambridge, Harvard University Press.

## Resumo

### *Perspectivas Antropológicas da Guerra*

O artigo apresenta um balanço bibliográfico de correntes que compreendem a denominada “antropologia da guerra”, uma “subárea” da antropologia. Em um primeiro momento, desenvolve os argumentos utilizados por autores norte-americanos a respeito da temática da guerra, para, em seguida, contrapô-los a outras linhas de pensamento, que emergem principalmente a partir do estruturalismo de Lévi-Strauss. De maneira geral, a idéia é mostrar como as questões aqui levantadas de alguma maneira estão presas a problemas de longa duração nas ciências sociais, a exemplo da relação entre guerra e política e da emergência do Estado enquanto instituição reguladora da guerra.

**Palavras-Chave:** Antropologia da Guerra; Guerra; Estado; Política; Evolução; Troca.

## Résumé

### *Perspectives anthropologiques de la guerre*

Le but de cet article est de présenter un bilan bibliographique sur quelques lignes de l’anthropologie qui s’occupent de la thématique de la guerre, et qui constituent une sous catégorie appelée “anthropologie de la guerre”. Nous commençons notre article par l’analyse des arguments utilisés par les courants nord-américains dédiés au thème. Nous essayons, ensuite, de les comparer à d’autres lignes de pensée, qui émergent surtout d’après le structuralisme de C. Lévi-Strauss. D’une façon générale, nous cherchons à démontrer comment les questions que nous exposons sont, en quelque sorte, liées à des problèmes qui concernent, depuis longtemps, les sciences sociales comme, par exemple, la relation entre la guerre et la politique et l’émergence de l’État en tant qu’institution régulatrice de la guerre.

**Mots-clés:** Anthropologie de la guerre; Guerre; État; Politique; Évolution; Échange.

## **Abstract**

### *Anthropological Perspectives on War*

The aim of this article is to review some of the lines of anthropology on the war theme, which constitute a subfield called "anthropology of war." In the first place the arguments developed specially by the American lines of research will be exposed, followed, in contraposition, by the arguments of other theoretical lines, which developed mainly after the structuralism of C. Lévi-Strauss. In a general way, this article will try to show how the questions here outlined are attached in some sort to the long term problems that concern the Social Sciences, as the relationship between war and politics and the emergence of the State as an institution that rules the war.

**Keywords:** Anthropology of war; War; State; Politics; Evolution; Exchange.